

# A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFCE, CAMPUS IGUATU - O INÍCIO DE UMA TRAJETÓRIA

ADRIANA ALVES SILVA<sup>1</sup>, GUILHERME BRITO LACERDA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *Campus* de Iguatu

<sup>2</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) - *Campus* de Juazeiro do Norte  
<adrianaalves@ifce.edu.br>, <guilhermeblacerda@hotmail.com>

DOI: 10.21439/conexoes.v10i1.788

**Resumo.** O presente estudo objetiva apresentar a inserção do Serviço Social na Assistência Estudantil do IFCE, Campus Iguatu, delineando seus primeiros passos, com vista a apreender as contribuições da prática profissional do Serviço Social junto à assistência ao educando no momento histórico determinado. Configura-se como um estudo de caso retrospectivo e descritivo, com base no período de 2007 a 2011, sem generalizações, impactos ou relações causais. Como fundamentação teórica o estudo referenciou-se em leis, normas e portarias e demais arcabouços jurídicos que embasam a Política de Educação Brasileira e Assistência Estudantil além de literatura já produzida no Serviço Social sobre educação. Do estudo foi possível uma reflexão crítica das ações desenvolvidas, bem como a constatação de que o ingresso do Serviço Social no Campus Iguatu deu-se em virtude das exigências das determinações sociais, econômicas e políticas das expressões da questão social na sociedade com seus rebatimentos para a área de educação, os quais exigiram ações específicas desta área na assistência ao estudante.

**Palavras-chaves:** Assistência Estudantil. Serviço Social. Formação.

**Abstract.** This study aims to present the insertion of Social Work in support services to Student IFCE, Iguatu campus, outlining the first steps with a view to understand the contributions of the professional practice of social work together to assist the learner in certain historical moment. Appears as a study is a retrospective case, based on the period 2007-2011, no generalizations, impact or causal relationships. As a theoretical basis the study referenced in laws, regulations and ordinances and other legal frameworks that underpin the Brazilian Education Policy and support services addition to the literature already produced in Social Work on education. Study was possible a critical reflection of the actions taken, as well as the finding that the admission of Social Work in campus Iguatu gave up because of the demands of social, economic and political impacts of the expressions of social issues in society with their repercussions for the area of education, which demanded specific actions in this area support the student.

**Keywords:** Support Services to Students. Social Work. College Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A assistência estudantil intrínseca à Política de Educação é concebida como direito, conquanto deve propor condições objetivas para a superação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes, para sua permanência na escola, compreendidas como consequências provenientes da situação de desigualdades sociais e econômicas enfrentadas por grande parte da sociedade brasileira (BRASIL, 2010).

É sua finalidade, portanto, prover os recursos neces-

sários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Dessa forma, transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais didáticos pedagógicos necessários à formação de profissionais nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, bem como o provimento dos recursos mínimos a sua sobrevivência, como moradia, alimentação, vestuário,

transporte e recursos financeiros (ALVES, 2002).

Na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em particular nos Institutos Federais, a assistência ao estudante tem sido instituída através de departamentos como Atenção Psicossocial, Assistência ao Educando ou Apoio Estudantil, conforme estrutura própria de cada *Campus*. Nestes, integram a equipe de profissionais os seguintes atores: assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, dentistas, nutricionistas e pedagogos, dentre outros. É pertinente salientar que não há definição ou institucionalização de equipe mínima, buscando-se atender às especificidades dos *campi*.

Relativo ao Serviço Social, esta área muito pode contribuir na assistência ao educando nos Institutos Federais. Corroborando Martins (2007, p. 26) o Serviço Social nas instituições de ensino pode promover e facilitar o

[...] acesso da população às políticas sociais visando propiciar as condições necessárias para sobrevivência material da população atendida nas escolas públicas, bem como de uma ação sócio-educativa que poderá assumir um caráter de enquadramento disciplinador visando à aceitação das situações impostas pela vida social. Poderá, ainda decodificar para a população os direitos do acesso aos serviços sociais prestados pelas políticas sociais, fortalecendo os projetos e lutas da classe subalterna nesta direção.

Por ser a assistência aos discentes mais que um direito social, um dever do Estado, deve realizar-se não apenas por disponibilizações de auxílios e concessões financeira; de forma mais articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão, deve ensejar ações que promovam a transformação dos assistidos, estudos para sua reflexão e avanço no processo de garantia de acesso, permanência e conclusão da formação se fazem imprescindíveis.

Nessa perspectiva situa-se o presente estudo e, ao tempo em que visa resgatar a história da inserção Serviço Social na assistência ao educando no *Campus* Iguatu do IFCE, firma o propósito de refletir e contribuir com uma área que tem se constituído como espaço de convergência das demandas e das necessidades dos educandos frente à crescente conjuntura de desigualdades e sequelas da relação capital/trabalho, na qual, apesar dos esforços e do investimento técnico e pedagógico enviados nos últimos anos nas instituições da rede federal, vem timidamente efetivando o cumprimento de sua finalidade-mor, enquanto instituição educacional de ensino, qual seja a formação de cidadãos brasileiros para autonomia e emancipação ainda se faz desafio

## 2 ASSISTENCIA ESTUDANTIL - UM CAMINHO EM CONSTRUÇÃO NO IFCE

A origem dos atuais Institutos Federais remonta às Escolas de Aprendizes Artífices, as quais, criadas no início do século XX, eram marcadas pelo assistencialismo e correção. Modificada ao longo dos anos, essas instituições dão, na atualidade, continuidade à proposta de educação profissional para formação cidadã e inserção no mercado de trabalho.

Integrantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais foram gestados através da Lei nº 11.892 em 29 de dezembro de 2008, formados da fusão dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas Federais e parte das escolas técnicas vinculadas às universidades, organizados em estrutura com vários campi, com proposta orçamentária anual identificada para cada Campus e reitoria, equiparando-se com as universidades federais (BRASIL, 2008).

Assumindo hodiernamente uma identidade diversa de suas instituições de origem, os Institutos Federais continuam a disponibilizar educação profissional de nível médio e básico, porém assumindo também outras modalidades de ensino na educação básica e superior, sendo a distribuição quantitativa de cursos entre os níveis e modalidades numericamente definidos por lei. Nesse sentido, cada Instituto Federal no desenvolvimento da sua ação acadêmica, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional (BRASIL, 2008).

Desde sua fundação, os Institutos Federais têm se expandido por todo o país. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas e, nos últimos anos, esse número aumentou para 562 unidades, distribuídos em 38 Institutos estando presente em todos os Estados do país (BRASIL, 2015). Especificamente no Ceará, a Rede, composta até 2008 de 5 unidades, ampliou-se para 25 unidades distribuídas em todas as regiões do Estado, sendo 23 campi efetivamente implantados em municípios cearenses (IFCE, 2015).

Com efeito, se a expressiva ampliação da rede, aponta por um lado uma potencialidade do ponto de

vista do acesso à educação pública e gratuita, por outro, demonstra limites, principalmente na democratização e qualidade da educação, posto que esta expansão vem acompanhada de planejamento acanhado, sem observância mais acentuada da infraestrutura, recursos humanos e materiais disponíveis, provocando, tanto nas antigas como na novas instalações, necessidade premente de redimensionamento, não apenas para atender à diversificação de níveis educacionais que se propõe a atender (educação profissional de nível básico e médio, superior, licenciaturas, EJA etc), mas também às expectativas dos alunos que ingressam (SOBRINHO, 2012; ARRUDA, 2010; SILVA; OTRANTO, 2011).

Para uma formação com qualidade, notadamente não bastam apenas condições como alimentação e moradia; requisitos outros são necessários, tais como: existência de acervo bibliográfico atualizado, programas de extensão e de iniciação científica, dentre outros, capazes de proporcionar reflexão e conhecimento que levem o aluno a “observar e a experimentar as mais diversas manifestações das competências humanas, intrínsecas às necessidades sócio-político-culturais da sociedade em que vive” (ARRUDA, 2010, p. 10).

Ao associar a expansão aos aspectos socioeconômicos, percebe-se ainda uma mudança significativa nos alunos que ingressam nos Institutos Federais, já que, com a adesão ao processo seletivo unificado, via ENEM, entram estudantes das mais variadas e longínquas regiões do Estado e do país, os quais têm se deslocado na busca de oportunidade de educação, advindo, em sua maioria, de famílias consideradas de baixa renda.

Há outro aspecto que também deve ser levado em conta quando da reflexão da expansão dos Institutos Federais e conseqüentemente da ampliação do perfil do aluno e que impacta na evasão. Diferentes formas de exclusão social manifestam-se nesse novo público, a saber: violência, atitudes discriminatórias, de etnia, de gênero, de sexo, de classe social, etc.

Ao analisar o acesso à educação de maneira geral, pode-se inferir que houve um acentuado aumento nos índices em todo o país, alterando também significativamente o perfil do aluno/família. Segundo Martins esse perfil passa a expressar objetiva ou subjetivamente

[...] a sua condição de classe social, trazendo sentimentos de inferioridade, incapacidade, pensamentos ingênuos em relação a realidade social, sentimentos e concepções de mundo esculpidas historicamente, e necessidades concretas de sobrevivência relacionadas à questão de alimentação, habitação, saúde, transporte, vestuário e outros. (MARTINS, 2007, p. 190)

No contexto de garantia do acesso e permanência situa-se a política de assistência ao estudante, a qual se

faz imperativa nos Institutos Federais. Vale considerar que, a despeito da existência das ações desenvolvidas nesta direção, elas se fazem sem marcos normativos legais próprios, norteados apenas com base no decreto 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES para as Instituições de Ensino Superior IES, sem contudo dar conta de todas as especificidades dos Institutos Federais, os quais apresentam modalidades de ensino bastante diversas e verticalizadas.

Válido destacar que a preocupação com a formulação de uma referência legal normativa que atenda à realidade dos Institutos Federais tem sido uma demanda a qual resultou em dezembro de 2010, na realização do Seminário "Construção de Diretrizes para as Políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica", realizado em Fortaleza - CE. Este evento elencou proposições e diretrizes para a construção da política de assistência estudantil, contudo poucos foram os desdobramentos nesta direção.

Assim, os Institutos Federais de cada Estado têm instituído suas políticas de assistência ao educando, apresentando em seus documentos, diretrizes que vão ao encontro das necessidades e especificidades das modalidades de educação que trabalham, tendo como amparo legal o PNAES e sem fugir ao conteúdo e áreas expressas nesse documento quais sejam:

[...] moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

O Decreto supracitado que referencia as ações de assistência nos Institutos Federais, expressa ainda no parágrafo unido do artigo 4 e artigo 5, respectivamente:

Parágrafo único: As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Em relação ao financiamento, o referido decreto que normatiza a assistência ao educando rege o seguinte:

correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010).

Grande parte dos *campi* dos Institutos Federais contam com Assistentes Sociais, os quais têm contribuído significativamente na assistência estudantil, não apenas no desenvolvimento de ações, mas na democratização do acesso aos auxílios e benefícios, quando da concessão destes através da publicação de editais.

Cabe considerar que as ações de assistência ao educando desenvolvidas nos Institutos Federais, como já expresso, ainda não possuem amparo legal, valendo-se para sua execução do PNAES, documento que aborda a retenção e a evasão em decorrência da insuficiência de condições financeiras apropriadas; Assim, para ser atendido por esta assistência o critério reporta-se a prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar, per capita, de até um salário mínimo e meio. Em decorrência disto, faz-se presente hoje, a preocupação com a lógica de execução dessa política e a adoção de critérios de elegibilidade para programas, projetos e benefícios, nos distintos níveis e modalidades de ensino, haja vista as políticas públicas, principalmente de assistência social no Brasil de hoje, terem se constituído de forma segmentada e fragmentada.

Compreendendo ser a educação um direito, deve ser exercido em igualdade de acesso e permanência, para estar consoante ao que expressa a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205 afirma que "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho"; Nesse direcionamento é importante também o preceito constitucional, localizado no Artigo 206, que vaticina que "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola".

Estes artigos também estão ratificados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, confirmando a assistência ao educando como um dever social, já que se insere num "projeto acadêmico que tem a função fundamental de formar cidadãos qualificados e competentes" (FONAPRACE, 1997).

Diante do exposto, entendemos que a assistência aos estudantes, mais que um direito social, constitui uma obrigação do Estado, devendo ser realizada não apenas

por ocasião das disponibilizações de auxílios e concessões financeiras, mas deve, de forma cooperativa, estar articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão, propiciando a transformação dos assistidos e entendendo ainda a urgente necessidade de uma normatização legal própria que inclua os diversos segmentos e modalidades de ensino dos Institutos Federais, para que suas ações tenham sólido respaldo.

### 3 TRAJETO METODOLÓGICO

O presente estudo insere-se numa pesquisa do tipo estudo de caso retrospectivo e descritivo, realizado no *Campus* Iguatu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, com base no período de 2007 a 2011, visando apreender as contribuições da prática profissional do Serviço Social junto à Assistência Estudantil no momento histórico determinado, sem contudo, pretensões de generalizações, impactos ou relações causais.

O período escolhido 2007 a 2011 justifica-se em virtude de ter sido neste, que o serviço social se inseriu na Assistência ao Estudante do IFCE, *Campus* Iguatu com a nomeação de uma Assistente Social para o quadro do *Campus*, vindo esta em 2011 a pedir vacância para efetivo exercício no quadro de docente do mesmo *Campus*.

A coleta de dados teve como técnicas, observação participante e análise documental junto a única assistente social existente no referido *Campus* no período delimitado para o estudo. A análise dos dados teve como referência o inventário descritivo e a crítica de conteúdo norteada pela pesquisadora Cecília Minayo. Para tanto, buscou descrever as principais características deste setor visando criar um quadro crítico descritivo específico do serviço social na Assistência ao Estudante, de modo a compreender e explicar os limites e possibilidades das ações desenvolvidas na época.

As fases constitutivas do empreendimento foram: 1. mapeamento de todos os dados obtidos no trabalho de campo, organização dos relatos e leitura do material documental; 2. classificação dos dados com base nos objetivos estabelecidos; 3. Interpretação e análise final, a qual se constituiu de articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa considerou a fundamental orientação de Minayo (2004, p. 124), para quem "não há consenso e nem ponto de chegada no processo de produção do conhecimento; os resultados de uma pesquisa em ciências sociais constituem sempre numa aproximação da realidade social, que não pode ser reduzida a nenhum dado de pesquisa".

#### 4 O SERVIÇO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CAMPUS IGUATU DO IFCE - PRIMEIROS PASSOS

Discutir a emergência do Serviço Social no contexto das instituições de ensino, em especial no IFCE, *Campus* Iguatu, exige a compreensão de que estas integram a totalidade do todo social e como tal também sofrem os reflexos das transformações econômicas e sociais por que vem passando a sociedade brasileira. Assim, como indica Martins (2007, p. 22)

a política de educação e, especificamente, as instituições escolares, são espaços contraditórios de embates entre as diferentes concepções de mundo existentes na sociedade, pois é um campo de disputas de diferentes grupos sociais pela direção e difusão da cultura.

Válido é referir que as transformações, com início nos anos 1990, tiveram como foco a busca de enquadramento do Brasil na nova organização econômico-social advinda do processo de reestruturação produtiva do capital. Nesse sentido, diante das exigências das demandas do capital flexível e de um trabalhador com maiores qualificações, a educação da classe trabalhadora passa a ser alterada, sofrendo reformas delineadas por organismos internacionais, fundamentadas no ideário neoliberal.

É neste contexto de necessidade de qualificação do trabalhador para atender as exigências do mercado que a educação brasileira assume status de centralidade, sendo, em grande medida, direcionada e ampliada, enquadrando-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Os IFs têm se transformado ao longo dos anos e, na atualidade, estão em franco processo de expansão, mudando a configuração característica de seu público, passando a ofertar educação para frações menos favorecidas/escolarizadas da classe trabalhadora, sem, contudo, fugir da educação das "clássicas estratégias de distribuição desigual e precária de fragmentos de conhecimento, subordinadas às demandas de distintos níveis de qualificação de força de trabalho requeridos pelos diferentes padrões produtivos que coexistem no País. (RUMMERT, 2008, p. 176).

De fato, em relação à ampliação das vagas, observa-se que os IFs proporcionaram o ingresso de segmentos da classe social mais empobrecida, marcada sobretudo pela precariedade das condições de vida da população e perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica. Conforme assinala Martins (2007, p. 190) essas mudanças socioeconômicas e culturais são

[...]fruto da era do individualismo, do consumismo, que vêm acompanhados pelo alto índice de violência,

tanto objetiva como subjetiva, relaciona dos, principalmente, à utilização de drogas pelos adolescentes e mesmo pelas crianças, além da força do narcotráfico; a disparidade das desigualdades sociais, signo da sociedade brasileira. Esta gama de questões incide sobre o universo da juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento como classe social.

Intrínseco a esse novo perfil, enquadram-se também diferentes formas de manifestações da exclusão social, as quais têm reflexos na desestruturação no ambiente escolar, o que provoca, dentre outros aspectos, evasão e repetência.

Com efeito, as contradições do sistema capitalista, manifestas na questão social, têm se revestido de novas roupagens para expressar as suas sequelas, provocando forte desestruturação no ambiente escolar. Para auxiliar esta análise, Martins (1999) ressalta, que apesar dos esforços e do investimento técnico e pedagógico envidados nos últimos anos nas escolas, a incidência dos reflexos das questões sociais revelam o fracasso escolar e a violência, que dificultam o cumprimento de sua finalidade maior enquanto instituição educacional de ensino e de formação da cidadania dos brasileiros.

Em verdade, grande parte da população brasileira tem vivenciado diversas formas de segregação e condições de miséria, que variam de intensidade. Há um enorme contingente de jovens que não têm oportunidade de educação, de cultura, de lazer e condições mínimas de moradia e de saúde (BRASIL, 2010). É diante da exigência desta realidade que a Assistência Estudantil se faz presente e necessária e vem sendo desenvolvida no IFCE, *Campus* Iguatu. No desenvolvimento desta assistência, o Serviço Social integrou esta equipe no ano de 2007, quando do ingresso por concurso de uma assistente social.

Para entender a integração do Serviço Social no *campus* Iguatu, cabe destacar que até o ano de 2007 esta instituição de ensino era denominada Escola Agrotécnica Federal de Iguatu e não dispunha, em seu quadro de funcionários, de assistentes sociais, sendo a Assistência Estudantil realizada por meio de dois setores interligados, a Coordenação Geral de Atenção ao Estudante e a Gerência de Assistência ao Estudante, que disponibilizam ações de nutrição, saúde, moradia e lazer, com a seguinte equipe de profissionais de nível superior: médico, dentista, psicólogo, educador físico e nutricionista.

A inserção de um profissional de Serviço Social na equipe de Assistência Estudantil no *Campus* Iguatu do IFCE reporta à necessidade e exigência de um profissional que pudesse desvelar as condições socioculturais e econômicas vigentes na sociedade brasileira, as quais repercutem na instituição e se materializam em

“complexas questões sociais que o conhecimento pedagógico não consegue enfrentar sozinho precisando de outros saberes como o do assistente social” (LOPES, 2006, p. 01).

No período compreendido nesta análise, o *Campus* objeto deste estudo ofertava educação profissional e tecnológica de nível médio na modalidade Técnico Integrado nas áreas de agropecuária, agroindústria, desenvolvimento social e nutrição e dietética; na modalidade de Pós-Médio/Subsequente: técnico em comércio, técnico em informática, técnico em zootecnia, técnico em agropecuária; no Ensino Superior: tecnólogo em irrigação e drenagem. Além destes, há também PROEJA e PROEJA FIC. Por sua vez, o curso de licenciatura em química e o bacharelado em serviço social passam a integrar o catálogo dos cursos ofertados pela instituição no ano de 2011. Válido destacar que, para o ensino técnico profissionalizante de nível médio integrado, a instituição dispunha também de residência em forma de internato ou semi-internato, sendo o masculino restrito para a área de agricultura e o feminino para a área de desenvolvimento social.

Conforme levantamento realizado pelo Serviço Social para diagnóstico socioeconômico, o perfil dos discentes no período estudado diferia de curso para curso, porém 98% eram egressos de escola pública; 70% possuíam renda entre 1 e 2 salários mínimos, religião católica e casa própria ou cedida. Grande parte era oriunda de municípios vizinhos, cuja base econômica se assenta na agricultura de minifúndio e subsistência, desenvolvida sem técnica, mas com base na tradição. Sem assalariamento mensal, mas empreita por dia de serviço, muitas vezes ficava o trabalhador sem ganho no período de seca. Essa situação confirma, portanto, a caracterização dos discentes como população pobre, sem qualificação e com vulnerabilidade social.

Como já expressei, a lotação do assistente social no *Campus* Iguatu se fez na Coordenação Geral de Atenção ao Estudante, integrando uma equipe com outros profissionais voltados à assistência ao educando, mormente aqueles que se encontravam em regime de internato, delimitando-se suas necessidades básicas de alojamento, alimentação e transporte, bem como orientações encaminhadas a demandas relacionadas à indisciplina.

A Assistência Estudantil contribuía também no subsídio das atividades pedagógicas e na construção do conhecimento através da Biblioteca, a qual possui área para estudo em grupo e individual, com computadores disponíveis para elaboração de trabalho e pesquisas.

Os primeiros trabalhos a serem desenvolvidos pelo assistente social se reportaram à orientação de alunos com iminência de vulnerabilidade e na realização do di-

agnóstico socioeconômico, selecionando, a partir deste, os candidatos a bolsas de trabalho, com lotação em diversos setores da instituição. Vale destacar que o primeiro questionamento do profissional assistente social, tendo em vista o ingresso do estudante em um determinado setor, era o aluno candidato não demandar nenhum acompanhamento deste mesmo setor. Isso resultava muitas vezes no exercício de funções que em nada contribuíam para o crescimento acadêmico ou pessoal do aluno atendido.

Em 2008 uma reforma na estrutura e no organograma para a nova configuração do *Campus* implantou a Coordenadoria de Saúde e Serviço Social, passando o assistente social a coordenar a equipe interdisciplinar composta do médico, do dentista e do psicólogo.

Infelizmente a atuação do assistente social neste setor foi traduzida apenas em cumprimento de ações e tarefas, carecendo as mesmas de um caráter reflexivo e de uma direção socioeducativa. A condução e a integração com os demais profissionais para um trabalho de promoção e prevenção da saúde, como deveria ser, deixou a desejar, pois, dentre as dificuldades a incompatibilidade dos horários dos profissionais, não havia também interesse para além da execução de tarefas.

Mesmo estando na coordenação do referido Setor, o qual, por seu turno, está subordinado à Coordenação Geral de Assistência ao Estudante, o Assistente Social não resumiu suas ações a esta, participando também das demais ações de assistência ao educando. Junto a este setor, foram diversas as ações realizadas, dentre as quais destacam-se: evento de boas-vindas aos estudantes novatos, reuniões de pais, visitas domiciliares aos pais, cursos de relações interpessoais para internos, orientação vocacional, dentre outras, além de ações pontuais de lazer, como show de calouros, show de talentos, dia do estudante, etc.

Todas essas ações eram planejadas no início do ano letivo, numa discussão que contava com a participação de todos os profissionais integrantes da assistência ao estudante, os quais, diante de um calendário e da visão de cada profissão, sugeriam o que deveria ser colocado na programação. Este planejamento, embora contasse com o compromisso e boa vontade de todos os profissionais envolvidos, infelizmente não tinha como suporte um diagnóstico de fato, fator que esvaziava de conteúdo as avaliações que se faziam pelo êxito da tarefa realizada e não pela análise do percurso inicial e final do aluno no desenvolvimento desta ação, ou seja, pelo crescimento do aluno num determinado período.

Cabe destacar que a Assistência Estudantil desenvolvida pela Coordenação Geral de Assistência ao Educando tinha o foco de suas ações direcionadas aos alunos

internos, tendo inclusive o controle de suas dependências físicas, localizadas próxima aos alojamentos. Em parte, a preocupação com os alunos internos se fazia justificada, tendo em vista que eles adentram ao Instituto em tenra idade, alguns inclusive sem ainda ter completado 14 anos. Contudo, dentre o grupo de internos masculino e feminino, este sofria maior controle como horário de cerramento das portas do alojamento e autorização da família para se ausentarem da escola no período noturno e finais de semana.

Outro aspecto que merece destaque revela-se na ausência de integração do Serviço Social, seja pela Coordenadoria de Saúde e Serviço Social, seja pelo profissional Assistente Social com outros setores do *Campus*, dentre os quais o Departamento de Ensino. Este fato dificultava a compreensão quanto a questões como evasão escolar e repetência, situações cuja análise, em sua maioria, se fazia pelos profissionais da assistência de forma a culpabilizar o aluno pelo desinteresse e desmotivação, sem uma crítica mais aprofundada das condições e determinações de vida deste aluno, não desencadeando também a reflexão destas problemáticas de forma coletiva e, conseqüentemente, encaminhamentos de ações para a obtenção de êxito.

Desdobramento dessa falta de integração, problemas identificados por professores não dispunham de um fluxo de encaminhamento, sendo muitas vezes deixados de lado ou tentados serem solucionados sem o conhecimento da Assistência Estudantil, o que era gerador de desconforto e descrédito, posto que o encaminhamento dos problemas não se dava pelo setor propriamente responsável.

Cabe ressaltar que a implantação de um projeto do Serviço Social no *Campus*, quer dentro da Assistência Estudantil, quer na Coordenadoria de Saúde e Serviço Social enfrentou várias dificuldades e, em virtude de ter apenas uma assistente social, muitas vezes as ações de cunho crítico-reflexivas foram inviabilizadas em virtude das demandas emergenciais, oriundas da Direção-Geral, com curtos prazos a serem cumpridos. Parte desta dificuldade, também reporta-se à falta de conhecimento dos demais profissionais da instituição, sobretudo da Direção-Geral, quanto ao papel e atribuições do Assistente Social, muitas vezes confundido com um mero cumpridor de tarefas; dessa maneira, as ações de discussão e reflexão junto aos discentes, a fim de elaborar subsídios para formação de uma consciência crítica, nem sempre recebiam o apoio e a compreensão que merecem.

No que se refere às possibilidades, é válido destacar que estas são possíveis ao considerar serem as instituições de ensino espaços contraditórios, responsáveis

pelo desenvolvimento da educação como prática social. Portanto, ao tempo que atende aos interesses do mercado de trabalho sob a lógica capitalista, cria condições para a formação de sujeitos com possibilidade de superação e/ou transformação destas relações. Nesse sentido, a possibilidade de uma política de assistência junto aos alunos muito pode maximizar o potencial crítico e intelectual do corpo discente, tanto para a pluralidade da vida, como para inserção no mercado de trabalho.

Destarte, as possibilidades do Serviço Social na Assistência ao Educando se fazem realidade, desde que imbuídas do "compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais" e contribuem para a viabilização do "acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos", isso contribui diretamente para estimular "a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais" (IAMAMOTO, 2009, p. 06).

Nessa direção, algumas ações se mostraram importantes, destaque aqui o fomento da discussão das formas de ingresso dos estudantes no sistema de internato, que se dava pelo mérito de maior pontuação na prova de seleção de conhecimentos e não por critério sócio econômico. Essa discussão teve início no Departamento de Assistência ao Educando e após articulação com outros profissionais que também defendiam a mesma ideia, a seleção por critério sócio econômico ganhou o espaço junto a outros departamentos sendo posteriormente designado pelo diretor geral do *Campus* uma comissão para estudo e materialização da proposta que veio a ser efetivada em 2011.

Outra ação importante foi a realização de um curso com carga horária de 80h, envolvendo todos os alunos internos do sexo masculino e parte dos profissionais da Assistência Estudantil, intitulado "Desenvolvimentos de competências, habilidades e liderança no relacionamento interpessoal", cujo objetivo era dotar os alunos de habilidades, conhecimentos e técnicas para o pleno desenvolvimento da competência e exercício cotidiano da liderança no relacionamento interpessoal dentro do alojamento.

Este curso, pautado na metodologia participativa desde a sua elaboração, contou com atividades de capacitação dos alunos para desenvolvimento de competências e habilidades para diálogo, minimização de conflitos, responsabilização e solidariedade. Esta ação tinha em vista os inúmeros conflitos provocados, em virtude dos discentes internos provirem de diversas cidades do interior do Estado do Ceará, que ao adentrarem a insti-

tuição traziam diferentes histórias de vida, níveis socioeconômicos distintos, necessidades e aspirações múltiplas, além de outras características que teriam de ser respeitadas e compartilhadas durante o semestre letivo no alojamento.

A necessidade deste curso também estava voltada para que o relacionamento interpessoal se processasse de forma a oportunizar a solidariedade, tendo em vista estarem distantes dos pais e algumas vezes adoeciam, precisando de apoio do outro, além da participação e o aprimoramento do educando como pessoa humana.

Além dos objetivos citados, o curso também proporcionou o protagonismo dos alunos, além de desencadear ações de revitalização do movimento estudantil, com destaque a reabertura do grêmio estudantil.

Em 2011 consolidado a implantação do IFCE, no *Campus* Iguatu novos cursos foram implantados, tanto em nível técnico como superior, sendo a Assistência Estudantil reestruturada inclusive com a chegada dos servidores Técnicos em Educação, passando o internato a ter acompanhamento 24 horas. Nesse processo, a Assistente Social responsável pelo Serviço Social na Assistência Estudantil também foi substituída, pois foi implantado o curso de Serviço Social no *Campus* e ela migrou para a área da docência.

As ações de Serviço Social no *Campus* Iguatu do IFCE, no período desta análise, revelaram-se, portanto, em desafios que conduzem a refletir e a ratificar que a realização de um trabalho de caráter crítico não é apenas uma questão de vontade e livre pensamento, já que o referido *Campus* está inserido em um contexto contraditório e conflituoso. Contudo, para superação dos entraves, corroboramos Torres (2007) quando afirma que o exercício profissional não ocorre de maneira linear, assim construir respostas profissionais comprometidas com a profissão e com uma política de assistência que garantam o acesso e a permanência com qualidade, depende da perspectiva e do compromisso assumido pelo profissional.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo nos propusemos a resgatar os primeiros passos do Serviço Social na Assistência Estudantil do *Campus* Iguatu do IFCE, refletindo os desafios e as possibilidades, à luz de uma educação de qualidade que vise à autonomia e emancipação dos discentes.

A análise proporcionada revelou que o Serviço Social, nos últimos anos, tem tido uma efetiva participação na política educacional e intervenção nas instituições de ensino, já que problemas sociais advindos da relação capital/trabalho têm sido acirrados com a instalação do neoliberalismo, dentre os quais o desemprego estrutural

e suas consequências, como conflitos e desagregação familiar, violência doméstica, exploração sexual, evasão, baixa aprendizagem e rendimento escolar, dentre outros, que envolvem os discentes, seja diretamente ou com seus familiares, passando a refletir no desempenho escolar.

A integração do Serviço Social à Assistência Estudantil, a julgar pela formação teórico-metodológica do Assistente Social, muito pode auxiliar no desvelamento da realidade e, por conseguinte, na apreensão da questão social que se manifesta no meio escolar, contribuindo para o planejamento e a elaboração de estratégias de intervenção eficazes para minimização desta problemática.

Sendo a escola uma instituição social responsável pelo desenvolvimento da educação enquanto prática social, e estando inserida no espaço social contraditório, capaz de produzir e reproduzir relações sociais, portanto ao tempo que atende, aos interesses do mercado de trabalho sob a lógica capitalista, cria condições para a formação de sujeitos com possibilidade de superação e/ou transformação das relações sociais capitalistas, desde que práticas reflexivas e emancipatórias sejam realizadas. Nesse trilhar, o Serviço Social favorece possibilidades de intervenção aos discentes de modo a maximizar o seu potencial crítico e intelectual, tanto para a pluralidade da vida como para inserção no mercado de trabalho.

Assim, diante das possibilidades de intervenção, são desafios ao profissional Assistente Social, a coerência com uma prática comprometida ética e politicamente com a liberdade, justiça social e democracia e, portanto, com uma educação que oportunize a emancipação e autonomia dos indivíduos para que possam gestar suas realidades.

Nesse sentido, cabe ao profissional a qualificação permanente para elucidar e desvelar a realidade, numa perspectiva de totalidade, que possibilite a construção de mediações entre a sua prática, a instituição e a sociedade para, atento às mudanças, disseminar informações que possibilitem a população ter uma visão crítica e que contribua com a sua mobilização social, almejando a conquista de direitos.

A educação é um elemento de fundamental importância para o processo de formação de um povo interessado em seu próprio projeto de desenvolvimento. Nesse direcionamento, corroboramos Demo (1987) quando ressalta, que cabe às instituições de ensino se constituírem em instrumento público de equalização de oportunidades à medida em que se tornam espaços privilegiados para exercício da cidadania.

Assim, novos olhares são necessários para que a di-



versidade presente nas escolas sejam reveladas, tanto do ponto de vista de questões subjetivas dos sujeitos, quanto de problemáticas sociais, assertiva que justifica este estudo, que consiste no desejo de contribuir no desvelamento de questões que envolvam a temática em questão de modo a subsidiar o engajamento da sociedade na concretização de ações que possibilitem o acesso e a permanência dos que precisam de educação em condições dignas e de forma equânime.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. M. A assistência estudantil no âmbito da política de ensino superior pública. *Serviço Social em Revista*, v. 5, n. 1, jul./dez 2002. Londrina-PR: UEL, 2002. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br>. Acesso em: 09 out. 2014.
- ARRUDA, M. da C. C. Políticas de educação profissional de nível médio: limites e possibilidades. In: UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ/IE/DTPE. *Trabalho apresentado no II SEPNET*. Belo Horizonte, 2010.
- BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Brasília, 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. *Decreto n. 7234, de 19 de julho de 2010*. Brasília, 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Acesso em 26 de setembro de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm).
- \_\_\_\_\_. *Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Expansão da Rede Federal*. Brasília, DF: [s.n.], 2015. Acesso em 16/03/2015. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>.
- DEMO, P. *Avaliação qualitativa*. São Paulo, 1987.
- FONAPRACE. *Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior*. Belo Horizonte, 1997. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.
- IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na cena contemporânea*. Dissertação (Mestrado) — CFESS/ABEPSS/ CEAD-UnB. Pós-Graduação
- Latu Sensus em Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, Brasília, 2009.
- IFCE. *Instituição. Sobre nós*. 2015. Acesso em 16/03/2015. Disponível em: <http://www.ifce.edu.br/instituicao/sobre-nos.html>.
- LOPES, E. de M. S. Serviço social e educação: As perspectivas de avanços do profissional de serviço social no sistema escolar público. *Serviço Social em Revista*, v. 8, n. 2, Jan/Jun 2006. ISSN 16794842.
- MARTINS, E. B. C. O serviço social na área da educação. *Revista Serviço Social & Realidade*, v. 8, n. 1, 1999. UNESP, Franca: São Paulo.
- MARTINS, E. B. C. *Educação e Serviço Social: um elo para a construção da cidadania*. Tese (Doutorado) — Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do Conhecimento/Pesquisa Qualitativa em Saúde*. São Paulo, 2004. 8ª edição.
- RUMMERT, M. S. Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil atual: do simulacro à emancipação. *Perspectiva Revista do Centro de Ciências da Educação*, v. 26, n. 1, p. 1–382, jan./jun 2008. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SILVA, M. L. B.; OTRANTO, R. O. Os desafios do instituto federal baiano com a reforma da educação profissional e tecnológica em 2008. *EDUCTE, Revista Científica do IFAL*, v. 1, n. 2, jan./jul 2011.
- SOBRINHO, B. Política de assistência social: A assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - 1990 a 2012. In: *Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Juiz de Fora: IFGO, 2012.
- TORRES, M. M. Atribuições privativas presentes no exercício profissional do assistente social: uma contribuição para o debate. *Ver. Libertas*, v. 1, n. 2, p. 42 – 69, jun. 2007.
- Conex. Ci. e Tecnol. Fortaleza/CE, v. 10, n. 1, p. 17 - 25, mar. 2016